



EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA

MODALIDADE	<p align="center">CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2020</p> <p>Regido pelas normas estabelecidas na Lei Municipal nº 9.954/2016, Lei Federal 12.343/2010 que institui o Plano Nacional de Cultura, em conformidade com o inciso II do artigo 2º da Lei Federal nº 14.017/2020, neste instrumento identificada como LEI ALDIR BLANC, o Decreto Federal nº 10.464/2020; Decreto Legislativo Nº 6/2020, Decreto Municipal nº 1635/2020 e Portaria nº 073/2020 da Secretaria Municipal de Cultura, aplicando-se no que couber a Lei Federal nº. 8.666/93 e demais legislações pertinentes, ainda que não seja o procedimento licitatório.</p>
PERÍODO DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÕES	<p>De 06 de novembro de 2020 a 16 de novembro de 2020.</p>
OBJETO	<p>Credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, destinado a subsidiar o setor da cultura, mediante subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições, grupos e organizações culturais que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social, nos termos do inciso II do artigo 2º da Lei Aldir Blanc, conforme condições e especificações estabelecidas neste edital e seus anexos.</p>
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	<p>RECURSO FEDERAL</p> <ul style="list-style-type: none">• Dotação Orçamentária nº 2020.2050.13.122.0190.2730.33504100, Fonte: 123, Fonte Detalhada: 510;• Dotação Orçamentária nº 2020.2050.13.122.0190.2730.33604100, Fonte: 123, Fonte Detalhada: 510; e,• Dotação Orçamentária nº 2020.2050.13.122.0190.2730.33904800, Fonte: 123, Fonte Detalhada: 510.
LOCAL PARA REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO	<p>Pelo endereço eletrônico: https://www.goiania.go.gov.br ou presencial na Gerência de projetos - sede da SECULT – Avenida Parque Atheneu nº 1.477 – Parque Atheneu – Goiânia - CEP: 74893-020.</p>
PROCESSO Nº	<p>84557269/2020</p>
INTERESSADO	<p>Secretaria Municipal de Cultura - SECULT</p>
<p>O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site da Prefeitura, no endereço www.goiania.go.gov.br ou na sede da Secretaria Municipal de Cultura – SECULT, no horário de 8 h as 12 h e das 14 h as 18 h, nos dias úteis, a partir da data de sua publicação mediante o recolhimento da taxa de R\$10,00 (dez reais), inerentes aos seus custos reprográficos, conforme dispõe o § 5º, art. 32 da Lei nº 8.666/1993, que será paga em banco ou agências lotéricas, através do DUAM - Documento Único de Arrecadação Municipal.</p> <p>Informações adicionais podem ser obtidas junto à Secretaria Municipal de Cultura, contato pelo telefone nº: (62) 3524-2542/3524-2540 / e-mail: secultgoianialei@gmail.com</p>	



ÍNDICE

1 - DO OBJETO	3
2- DO CREDENCIAMENTO	3
3 – DAS INSCRIÇÕES	3
4 - DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO	5
5 - DA DESCLASSIFICAÇÃO, INABILITAÇÃO E HABILITAÇÃO NA ANÁLISE	5
6 - DOS IMPEDIMENTOS	6
7- DA TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES	6
8 - DA IMPUGNAÇÃO	7
9 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	8
10 - DAS OBRIGAÇÕES DO PROPONENTE	8
11 - DAS CONTRAPARTIDAS	8
12 - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES	9
13 - DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES	9
14 - DISPOSIÇÕES GERAIS	10
15 - DO FORO	11
ANEXOS AO EDITAL: O presente Edital contém os Anexos abaixo relacionados, dele fazendo partes integrantes e inseparáveis para todos os efeitos legais	
16 - ANEXO I – DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO	12
17 - ANEXO II – DECLARAÇÃO	14
18 - ANEXO III – TERMO DE COMPROMISSO DE CONTRAPARTIDA CULTURAL	17
19 - ANEXO IV - DECLARAÇÃO PARA GRUPOS ARTÍSTICOS ITINERANTES	18



EDITAL DE CHAMAMENTO

CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2020

O MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, representado pela **Secretaria Municipal de Cultura, doravante denominada SECULT**, torna público aos interessados, que estará reunido no dia, hora e local discriminados na capa deste edital, a fim de receber e examinar as **inscrições e documentações de pessoas físicas e jurídicas** que pretendam participar do CHAMADA PÚBLICA nº 002/2020, conforme processo nº **84557269/2020**, esclarecendo que a presente Chamada e a consequente contratação serão regidas de conformidade com as regras estipuladas na Lei Municipal nº 9.954/2016, Lei Federal 12.343/2010 que institui o Plano Nacional de Cultura, em conformidade com o inciso II do artigo 2º da Lei Federal nº 14.017/2020, neste instrumento identificada como LEI ALDIR BLANC, o Decreto Federal nº 10.464/2020; Decreto Legislativo Nº 6/2020, Decreto Municipal nº 1635/2020 e Portaria nº 073/2020 da Secretaria Municipal de Cultura, aplicando-se no que couber a Lei Federal nº. 8.666/93 e demais legislações pertinentes com suas alterações e demais exigências deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Credenciamento de **pessoas físicas e jurídicas**, destinado a subsidiar o setor da cultura, mediante subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições, grupos e organizações culturais que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social, nos termos do inciso II do artigo 2º da Lei Aldir Blanc, conforme condições e especificações estabelecidas neste edital e seus anexos.

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. Os Espaços e coletivos Culturais devem comprovar suas atividades realizadas nos últimos 2 (dois) anos, descritas no Cadastro Municipal, devidamente enquadrado no artigo 8º da referida lei emergencial, e que foram interrompidas e impactadas devido a pandemia do Covid-19, oficializada pelo Decreto Legislativo Nº 6, de 20 de Março de 2020.

2.2. Para este credenciamento podem se inscrever pessoas físicas e pessoas jurídicas, atuantes, residentes ou domiciliadas em Goiânia.

2.3. Considera-se inscrição de Pessoa Física aquela realizada diretamente por profissional da área cultural, tendo como principal referência o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), apresentado no ato da inscrição;

2.4. Considera-se a inscrição de Pessoa Jurídica, aquela realizada por cooperativa, federações, associações com ou sem fins lucrativos, microempreendedor individual (MEI), empresas e/ou produtoras de natureza cultural, tendo como principal referência o CNPJ apontado no ato da inscrição.

2.5. Visando dar celeridade ao credenciamento e seleção dos Espaços e coletivos Culturais, serão aceitas no ato da inscrição as informações mencionadas no Cadastro Municipal na inscrição de forma Autodeclaratória, conforme **ANEXO II deste Edital**, permitida pela LEI ALDIR BLANC em seu artigo 7º, parágrafo 2º e nos artigos 6º, § 1º e Anexo II de seu regulamento (Decreto nº 10.464, de 17 de agosto de 2020).

2.6. Sob pena de responder conforme Artigo 299 do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940:

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão gratuitas;

3.2. O período de inscrições estará aberto conforme consta na capa deste Edital, pelo endereço eletrônico: <https://www.goiania.go.gov.br> ou presencial na sede da SECULT na **Gerência de Projetos Culturais** em conformidade com a Portaria nº 073/2020 da SECULT, publicada no Diário Oficial do Município Edição nº 7.378, de 09 de setembro de 2020;



- 3.3.** Finalizado o período de inscrições, não serão permitidas alterações na Proposta ou Cadastro;
- 3.4.** O ônus decorrente da participação neste Edital, incluídas as despesas com cópias e emissão de documentos, é de exclusiva responsabilidade do(a) Proponente;
- 3.5.** No ato da inscrição, obrigatoriamente, o(a) Proponente deverá anexar os documentos comprobatórios referente às informações apresentadas no **item 2.1 do ANEXO I de Critérios de Classificação objetivos de pontuação, para Enquadramento do Quadro.**
- 3.6.** Deverão ser apresentados pelas entidade que pretendem a concessão do benefício auto declaração da qual conste informações sobre a interrupção de suas atividades e indicação dos cadastros em que estiverem inscritas acompanhados da sua homologação, quando for o caso, em atenção ao art. 6º, §1º do Decreto Federal n. 10.464/2020.

3.7. DAS INSCRIÇÕES DE PESSOA FÍSICA:

- 3.8.** Cada pessoa física poderá apresentar apenas 01 (uma) inscrição.
- 3.9. Dentre os documentos comprobatórios estão:**
- 3.9.1.** Formulário eletrônico preenchido corretamente e de maneira integral, não sendo permitido deixar qualquer item obrigatório sem resposta;
- 3.9.2.** Cópia que comprove a inscrição e respectiva homologação do cadastramento (Municipal ou Estadual ou Federal) do espaço artístico e cultural, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas pela força das medidas de isolamento.
- 3.9.3.** Históricos, currículos, sites, links, portfólios, matérias publicadas, fotos e outros que comprovem atuação ininterrupta nos últimos 2 (dois) anos, excetuando o período de pandemia; e
- 3.9.4.** Cópia do RG e CPF;
- 3.9.5.** Comprovante de residência com data não superior aos últimos 06 (seis) meses;
- 3.9.6.** Cópia do comprovante da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) referente a 2019.
- 3.9.7.** 04 (quatro) comprovantes de despesas com aluguel e/ou financiamento do espaço, 04 (quatro) comprovantes de despesas com energia elétrica e 04 (quatro) com fornecimento e consumo de água. Esses comprovantes devem apresentar data de até 12 (doze) meses anteriores ao ato da inscrição, podendo ser meses consecutivos ou não. Para fins de comprovação serão aceitos recibos, contratos e outros;
- 3.9.8.** Comprovante de outras despesas. Gastos diversos do espaço como internet, telefone, segurança, IPTU, alvará, reformas e melhorias, seguranças, aquisições e outros. Esses comprovantes devem apresentar data de até 12 (doze) meses anteriores ao ato da inscrição. Para fins de comprovação serão aceitos recibos, faturas, contratos e outros desde que comprovem a quitação do pagamento indicado pelo proponente;
- 3.9.9.** ANEXO III deste edital devidamente preenchido e assinado, sendo este o TERMO DE COMPROMISSO DA CONTRAPARTIDA.

3.10. DAS INSCRIÇÕES DE PESSOA JURÍDICAS DE FATO E DE DIREITO

- 3.11.** Cada pessoa jurídica poderá apresentar apenas 01 (uma) inscrição.
- 3.12. Cada inscrição realizada deverá conter:**
- 3.12.1.** Formulário eletrônico preenchido corretamente e de maneira integral, não sendo permitido deixar qualquer item obrigatório sem resposta;
- 3.12.2.** Cópia do RG e CPF do representante legal;
- 3.12.3.** Comprovante de residência / sede da pessoa jurídica DE FATO OU DE DIREITO com data não superior aos últimos 06 (seis) meses;



- 3.12.4. Cópia do Estatuto e da Ata de Eleição da diretoria, (ambos devidamente registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos- RTD), Contrato Social ou Requerimento de Empresário, bem como suas alterações contratuais; ou autodeclaração devidamente preenchida de acordo com o modelo do ANEXO II deste chamamento.
- 3.12.5. Comprovante de inscrição no CNPJ; exceto para pessoas jurídicas de fato.
- 3.12.6. Cópia que comprove a inscrição e respectiva homologação do cadastramento (Municipal ou Estadual ou Federal) do espaço artístico e cultural, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas pela força das medidas de isolamento.
- 3.12.7. Portfólio digital do espaço artístico e cultural, microempresa e pequena empresa cultural, cooperativa, instituição e organização cultural comunitária que teve as suas atividades interrompidas pela força das medidas de isolamento contendo fotos, matérias de jornais, blogs, revistas, folders, cartazes, críticas, registro de redes sociais (com data e nome da rede social), e outros materiais comprobatórios de sua atividade cultural;
- 3.12.8. Cópia dos comprovantes de faturamento e/ou receita referente ao ano de 2019. Para estes fins serão aceitos balancetes financeiros assinados e carimbados por profissional de contabilidade com registro no órgão competente.
- 3.12.9. 04 (quatro) comprovantes de despesas com aluguel e/ou financiamento do espaço, 04 (quatro) comprovantes de despesas com energia elétrica e 04 (quatro) com fornecimento e consumo de água. Esses comprovantes devem apresentar data de até 12 (doze) meses anteriores ao ato da inscrição, podendo ser meses consecutivos ou não. Para fins de comprovação serão aceitos recibos, contratos e outros, com o CNPJ cadastrado no ato da inscrição; e nos casos de pessoas jurídicas de fato deverá constar o CPF do representante com descrição da atividade cadastrada e comprovada no ato da inscrição;
- 3.12.10. Comprovante de outras despesas. Gastos diversos do espaço como internet, telefone, segurança, IPTU, alvará, reformas e melhorias, seguranças, aquisições e outros. Esses comprovantes devem apresentar data de até 12 (doze) meses anteriores ao ato da inscrição. Para fins de comprovação serão aceitos recibos, faturas, contratos e outros desde que comprovem a quitação do pagamento indicado pelo proponente;
- 3.12.11. ANEXO III deste edital devidamente preenchido e assinado, sendo este o TERMO DE COMPROMISSO DA CONTRAPARTIDA.
- 3.13. Os grupos artísticos itinerantes, com destaque para os circenses, ciganos e artistas de rua, independente de sua origem, devem ser contemplados pelos benefícios previstos na Lei Aldir Blanc pelo município de domicílio atual. Os referidos grupos devem preencher e assinar a declaração do ANEXO IV, de que ao solicitar o benefício no município onde estão domiciliados, não solicitarão em outro lugar, sob pena de responder conforme Artigo 299 do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro.

4. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

- 4.1. Os critérios de classificação para o credenciamento estão previsto no ANEXO I deste edital.

5. DA DESCLASSIFICAÇÃO, INABILITAÇÃO E HABILITAÇÃO NA ANÁLISE

- 5.1. A SECULT será responsável pela análise documental e verificação do enquadramento do projeto à LEI ALDIR BLANC, seu Decreto Regulamentador nº 10.464/2020, seu Decreto Municipal nº 1635/2020 e Portaria nº 073/2020 - SECULT e suas atualizações, às normas deste edital de chamada pública, a conferência dos documentos comprobatórios, à viabilidade técnico-financeira da contrapartida oferecida, acompanhamento e fiscalização durante o seu desenvolvimento até sua finalização.
- 5.2. Fica o Conselho Municipal de Cultura desta Secretaria, as seguintes atribuições:
- 5.2.1. Analisar, aprovar ou rejeitar o produto cultural proposto pelo (a) proponente, em conformidade com inciso II do caput do art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020;
- 5.2.2. A instância de Recursos da análise do mérito cultural deverá ser encaminhada à Comissão de Projetos Culturais desta Secretaria;



- 5.3. A partir da análise técnica realizada pela Comissão, a pessoa física ou jurídica inscrita será considerada credenciada ou não credenciada para a presente chamada pública de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas pela força das medidas de isolamento.
- 5.4. As inscrições serão homologadas pela Gerência de Projetos Culturais - GPC, que avaliará os aspectos formais referentes à documentação apresentada, habilitando ou inabilitando os projetos apresentados.
- 5.5. Os projetos inabilitados na instância de análise documental terá como análise recursal a Diretoria de Política Eventos Culturais.
- 5.6. Os projetos habilitados tanto pela Gerência de projetos quanto pela Diretoria de Políticas e Eventos culturais, serão encaminhados para o Conselho municipal de cultura para análise do mérito cultural.
- 5.7. A relação de projetos desclassificados, inabilitados e habilitados será publicada no site <https://www.goiania.go.gov.br> e fixada em mural na Sede da SECULT.
- 5.8. Compete à COMISSÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DOS PROJETOS CONTEMPLADOS analisar e acompanhar se a execução dos subsídios estão em conformidade com o previsto na Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, regulamentada pelo Decreto 10.464, de 17 de agosto de 2020, e outras legislações desta municipalidade, conforme regulamentado na Portaria nº 073/2020 - SECULT.

6. DOS IMPEDIMENTOS

6.1. É vedada a participação do presente edital o (a) Proponente:

6.1.1. Agentes Públicos vinculados à Secretaria Municipal de Cultura - SECULT.

6.1.2. Entende-se por agente público:

6.1.2.1. Todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na entidade mencionada no **item 6.1.1**;

6.1.2.2. Exemplificativamente, nos termos do item acima, são agentes públicos, proibidos de serem proponentes neste edital: servidores públicos estatutários, servidores públicos celetistas, titulares de cargos em comissão, conselheiros municipais que oficiem perante à SECULT, trabalhadores voluntários e sem remuneração, estagiários, e qualquer outro que officie na SECULT;

6.1.3. Qualquer agente público do Município de Goiânia que tenha qualquer poder de intervenção ou ação sobre o andamento deste certame;

6.1.4. Espaços culturais criados pela administração pública de qualquer esfera ou vinculados a ela, bem como a espaços culturais vinculados a fundações, a institutos ou instituições criados ou mantidos por grupos de empresas, a teatros e casas de espetáculos de diversões com financiamento exclusivo de grupos empresariais e a espaços geridos pelos serviços sociais do Sistema S (art. 8º, parágrafo único da Lei Aldir Blanc e Art. 5º, §7º do Decreto n. 10.464/2020).

6.1.5. Ficam impedidos os Espaços ou coletivos Culturais de se inscreverem neste edital:

6.1.5.1. De serem beneficiados com recursos provenientes da LEI ALDIR BLANC conforme inciso II, em editais publicados por outros entes, conforme previsto na Portaria nº 073/2020 da SECULT;

6.1.5.2. Criados ou vinculados à Administração Pública de qualquer esfera, conforme descrito no artigo 6º, parágrafo 7º do Decreto Federal nº 10.464/2020; e

6.1.5.3. De recebimento cumulativo, mesmo que o beneficiário esteja inscrito em mais de um cadastro, ou seja, responsável por mais de um espaço cultural.

7. DA TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES

7.1. Conforme previsto no artigo 17 do Decreto Federal nº 10.464/2020, a SECULT dará ampla publicidade e transparência à destinação dos recursos de que trata a LEI ALDIR BLANC, através do Portal da Transparência desta Municipalidade - <https://www.goiania.go.gov.br/transparencia>.



- 7.1.1.** É obrigatória a inscrição da entidade cultural em pelo menos um dos cadastros mencionados no art. 7º da Lei nº. 14017/2020 (Lei Aldir Blanc).
- 7.2.** A participação no presente edital implica na aceitação do (a) Proponente em publicizar todas as informações da proposta inscrita no site: <https://www.goiania.go.gov.br>.
- 7.3.** Os (as) Proponentes participantes do edital de Chamada Pública:
- 7.3.1.** Autorizam a SECULT a publicar e divulgar as imagens e informações contidas na inscrição e que se responsabilizam pela veracidade das informações, documentos e materiais apresentados;
- 7.3.2.** O (a) Proponente, bem como os demais participantes da proposta inscrita, autoriza a Prefeitura de Goiânia a utilizar as imagens, áudio e informações para geração de indicadores, exibição em mídia impressa e eletrônica, em materiais institucionais e internet, exclusivamente para fins de divulgação e difusão das ações culturais municipais, sem fins lucrativos; e
- 7.3.3.** Que as autorizações aqui descritas não possuem limitação temporal ou numérica e é válida para o Brasil e exterior, sem que seja devida nenhuma remuneração a qualquer título.
- 7.3.4.** O (a) Proponente deve atentar-se para os seguintes prazos:

Prazo inicial para apresentação de propostas	06 de novembro de 2020
Prazo para impugnação do Edital.	11 de novembro de 2020.
Prazo final para apresentação de propostas.	16 de novembro de 2020
Análise documental pela Gerência de Projetos Culturais	17 de novembro a 19 de novembro de 2020
Resultado da análise documental	20 de novembro de 2020
Recurso da análise documental encaminhado a Diretoria de Políticas e Eventos Culturais	21 de novembro a 24 de novembro de 2020
Análise do recurso documental pela Diretoria de Políticas e Eventos Culturais	25 de novembro de 2020
Resultado Preliminar	26 de novembro de 2020
Análise do Mérito Cultural pelo Conselho Municipal de Cultura	27 de novembro a 01 de Dezembro de 2020
Resultado do Mérito Cultural pelo Conselho Municipal de Cultura	02 de dezembro de 2020
Recurso do mérito Cultural encaminhado a Comissão de Projetos Culturais	03 de dezembro a 06 de dezembro de 2020
Análise do recurso do Mérito Cultural	07 de dezembro a 08 de dezembro de 2020
Resultado final e Homologação –	09 de dezembro de 2020

8. DA IMPUGNAÇÃO

- 8.1.** Até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data da sessão pública fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Chamamento, protocolizando a peça impugnatória no endereço discriminado no **subitem 14.5** deste Edital;
- 8.1.1.** Poderá ser enviado a impugnação do Edital via e-mail: secultgoianiaiei@gmail.com
- 8.2.** Caberá à Secretaria Municipal de Cultura decidir sobre o pedido de impugnação do Edital no prazo de 48 (quarenta



e oito) horas.

- 8.3. Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para pedidos de inscrição/recebimento da documentação.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 9.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta de Recurso Federal, conforme **Dotação Orçamentária nº 2020.2050.13.122.0190.2730.33504100, Fonte: 123, Fonte Detalhada: 510; 2020.2050.13.122.0190.2730.33604100, Fonte: 123, Fonte Detalhada: 510 e Dotação Orçamentária nº 2020.2050.13.122.0190.2730.33904800, Fonte: 123, Fonte Detalhada: 510**

10. DAS OBRIGAÇÕES DO PROPONENTE

- 10.1. Após a publicação do resultado dos projetos aprovados, os Beneficiários (pessoa física ou pessoa jurídica) deverão apresentar, sob pena de desclassificação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da publicação, as seguintes Certidões negativas de débitos:

- 10.1.1. **Prova de Regularidade relativa Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União**, por meio de Certidão Negativa de Débitos (CND) relativos aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; expedida nos sites www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br. Conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014.

- 10.1.1.1. Nos termos da Emenda Constitucional nº 106 de 08/05/2020, a exigência de Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social, **ESTÁ TEMPORARIAMENTE AFASTADA**, conforme parágrafo único do art. 3º da referida Emenda Constitucional, tendo em vista que durante a vigência da Calamidade Pública Nacional não se aplica o disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal.

- 10.1.2. **Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual**, por meio de CERTIDÃO DE DÉBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA emitida no site <http://www.sefaz.go.gov.br/Certidao/Emissao/>

- 10.1.3. **Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal**, por meio de Certidão Conjunta de Regularidade Fiscal em relação a tributos Municipais, junto ao Município de Goiânia emitida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sistemas/sccer/asp/sccer00300f0.asp>

- 10.1.4. **Prova de Regularidade relativa ao FGTS**, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal [http://receita.economia.gov.br/interface/lista-de-servicos/certidoes-e-situacao-fiscal/certidao-de-regularidade.\(apenas pessoa jurídica\)](http://receita.economia.gov.br/interface/lista-de-servicos/certidoes-e-situacao-fiscal/certidao-de-regularidade.(apenas pessoa juridica))

- 10.1.5. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidao), conforme Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa TST nº 1470/2011

- 10.1.6. Termo de Abertura de Conta ou qualquer meio idôneo de prova de possuir a conta bancária declarada no ato da inscrição.

- 10.2. Cabe o (a) Proponente buscar as informações sobre o andamento de seu processo, que será gerado após a homologação do resultado final através do número de inscrição.

- 10.3. O (a) Proponente que, por algum motivo, desistir de receber a chamada pública, deverá apresentar justificativa por meio de ofício protocolado na SECULT.

- 10.4. Caberá o (a) Proponente responder, de forma exclusiva e integral, por eventuais denúncias, reclamações e/ou questionamentos, assegurando à Prefeitura de Goiânia o pleno ressarcimento por possíveis prejuízos sofridos a esse título, no qual o mesmo deverá manter todos os documentos anexados no ato da inscrição e da prestação de contas por um período de 5 (cinco) anos em seu próprio acervo.

- 10.5. Todos os custos que impliquem na contratação de terceiros, deverão assegurar o recolhimento dos direitos autorais e conexos, bem como das contribuições sociais e dos tributos previstos em lei.

- 10.6. A omissão de quaisquer informações pertinentes a titulares de direitos de autor ou propriedade responsabilizar quem prestou a informação, de forma exclusiva e integral, por tal conduta.

11. DAS CONTRAPARTIDAS

- 11.1. Conforme previsto no Decreto nº 10.464, de 17 de agosto de 2020, que regulamenta a Lei nº 14.017, de 29 de junho



de 2020, no Art. 6º, § 4º - Após a retomada de suas atividades, as entidades ficam obrigadas a garantir como contrapartida a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos de escolas públicas ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita, em intervalos regulares, em cooperação e planejamento definido com o ente federativo responsável pela gestão pública cultural do local.

- 11.2.** A SECULT através do Conselho Municipal de Cultura poderá intervir na contrapartida proposta, solicitando complemento de informações, alterações ou mesmo a substituição, se entender que esta não é exequível ou não corresponde, proporcionalmente, ao valor recebido.
- 11.3.** O responsável legal e principais membros envolvidos na contrapartida projeto deverão preencher as informações solicitadas e assinar o **Termo de Compromisso de Contrapartida (ANEXO III)**.

12. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES

- 12.1.** Deverá o (a) Proponente, em até 120 (cento e vinte) dias após o recebimento do benefício, entregar o Relatório Final de Atividade, devidamente preenchido, para efeito de Prestação de Contas.
- 12.1.1.** O termo final será contado após recebimento da última parcela do benefício.
- 12.2.** O presente relatório deverá demonstrar a utilização do benefício de forma responsável, comprovando que o subsídio recebido foi utilizado para gastos relativos à manutenção da atividade cultural, devendo estar em conformidade com o § 2º do artigo 7º do Decreto Federal nº 10.464/2020 e do Decreto Municipal nº 1.635/2020 e Portaria nº 073/2020 - SECULT.
- 12.3.** Juntamente com o Relatório Final de Atividades, deveram ser entregues os documentos mencionados nos itens 03 e/ou 04, comprovando os gastos com custeio das atividades conforme mencionado na proposta e no Cadastro Municipal.
- 12.4.** Juntamente com o Relatório Final de Atividades, o (a) Proponente deverá fornecer um vídeo institucional com um resumo de todas as ações realizadas, com duração máxima de 3 (três) minutos que será utilizado pela Administração Municipal como forma de divulgação dos resultados alcançados.

13. DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES

- 13.1.** Na aplicação de penalidades/sanções serão observadas as disposições constantes no Decreto Municipal nº 2271/2019, alterado pelo Decreto Municipal nº 1562/2020, além das previstas nas legislações pertinentes.
- 13.2.** Será aplicada multa moratória diante do atraso injustificado na execução do serviço prestado de forma integral, no percentual de 0,5% (cinco décimos percentuais) ao dia cumuláveis até o 15º (décimo quinto) dia, nos termos do artigo 13 do Decreto Municipal nº 2271/2019.
- 13.2.1.** Ultrapassado o prazo máximo previsto no item acima, será aplicada, sobre o valor da prestação não cumprida, a multa prevista na alínea "a" do **item 13.3.2**.
- 13.3.** Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao LICITANTE VENCEDOR as seguintes sanções:
- 13.3.1. Advertência;**
- 13.3.1.1.** A penalidade de advertência será formalmente aplicada como alerta, pela Comissão ou gestor/fiscal do contrato, em decorrência de **faltas leves** cometidas, pelo licitante ou contratado, situação em que serão consideradas:
- 13.3.1.1.1.** No âmbito contratual, as que não interfiram diretamente na execução do objeto e que não comprometam prazos e/ou serviços;
- 13.3.1.1.2.** No âmbito da licitação:
- a.** As previstas nos incisos I, alínea "a", II, alínea "b", e III, alínea "a", todos do art. 18 do Decreto Municipal nº 2271/2019, desde que o licitante ou contratado não tenha sofrido a penalidade de advertência, cumulada ou não com a penalidade de multa, ou quaisquer das penalidades mencionadas nos incisos III, IV e V do art. 3º do referido Decreto, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade prevista no **item 13.3.1**;

- 13.3.1.2.** A penalidade de advertência poderá ser aplicada isolada ou conjuntamente com a multa, vedada



sua cumulação com as demais sanções.

- 13.3.1.3.** É vedada a aplicação isolada da penalidade de advertência quando houver atraso na execução do objeto.
- 13.3.1.4.** A penalidade de advertência, aplicada no âmbito contratual, terá como objetivo a adoção de medidas corretivas, para saná-las, quando o contratado descumprir obrigação contratualmente assumida ou desatender às determinações da execução do contrato.
- 13.3.1.5.** Caso o licitante ou contratado tenha sofrido a penalidade de advertência isoladamente nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade prevista no **item 13.3.1**, essa será aplicada cumulada com a penalidade de multa compensatória, na forma prevista na alínea “c” do **item 13.3.2**.

13.3.2. Multa compensatória, a ser aplicada:

- a. Até 20% sobre o valor da prestação não cumprida, no caso de inexecução parcial, em que o atraso é superior a 15 até 30 dias ou descumprimento de outras cláusulas contratuais;
- b. Até 30% no caso de inexecução total, calculado sobre o valor total da licitação, quando o atraso no cumprimento do contrato for superior a 30 dias ou houver total descumprimento da obrigação;
- c. No valor de até 10% no caso de infrações ocorridas durante o procedimento licitatório, sobre o valor de referência para licitação do objeto;

13.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos, observando-se as proporções indicadas no Decreto Municipal nº 2271/2019;

13.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.3.5. As sanções previstas nos incisos **13.3.1**, **13.3.3** e **13.3.4** poderão ser aplicadas juntamente com a do **item 13.3.2**, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.4. Pelo descumprimento das demais obrigações assumidas, a licitante estará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis à espécie.

13.5. As multas a que se aludem os **itens 13.2** e **13.3.2** não impedem que a Administração rescinda unilateralmente o Termo de Compromisso de Contrapartida e aplique as outras sanções previstas Lei nº 8.666/93, bem como no Decreto supra indicado.

13.6. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado dos pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município de Goiânia e cobrado judicialmente

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O repasse do recurso fica condicionado à existência de disponibilidade orçamentária e financeira oriundos da LEI ALDIR BLANC.

14.2. A inscrição no presente edital de chamada pública implica na **total aceitação** das normas nele contidas e declara estar ciente das legislações nele citadas, sobre as quais o (a) Proponente não poderá alegar desconhecimento.

14.3. A SECULT não se responsabilizará, solidária ou subsidiariamente, em hipótese alguma, pelos atos, contratos e compromissos de natureza comercial, financeira, trabalhista ou outra, bem como pelas respectivas taxas, tributos e/ou encargos deles decorrentes, assumidos pelo (a) Proponente para fins de realização da proposta inscrita.

14.4. A qualquer tempo, este edital poderá ser alterado, revogado ou anulado, no todo ou em parte, por motivo de interesse público, sem que isso implique direito a indenização de qualquer natureza.

14.5. Para mais informações a Secretaria Municipal de Cultura - SECULT está localizada à Avenida Parque Atheneu, nº 1477, Parque Atheneu, Goiânia/GO, de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h. Contatos (62) 3524-2542/3524-2540, secultgoianialei@gmail.com.



14.6. Os casos omissos ou não previstos neste edital serão analisados e decididos pela SECULT.

15. DO FORO

15.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Edital e não resolvidas na esfera administrativa, é competente o **Foro da Comarca de Goiânia**, em uma das suas Varas da **Fazenda Pública**, por mais privilegiado que outro seja.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DA PREFEITURA DE GOIÂNIA, aos 29 dias do mês de outubro de 2020.

Kleber Adorno
Secretário Municipal de Cultura



16. ANEXO I

DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

1. DOS OBJETIVOS

1.1. O presente edital tem por objeto o credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, destinado a subsidiar o setor da cultura, mediante subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições, grupos e organizações culturais que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social, visando oferecer subsídio mensal para sua manutenção, nos termos do inciso II do artigo 2º da Lei Federal nº 14.017/2020 (LEI ALDIR BLANC).

1.2. Este procedimento está atrelado à Meta 02, Ação 2.1 do Plano de Ação nº 07208420200002-000550 aprovado pelo Ministério do Turismo.

1.3. O valor destinado para este edital é de até R\$ 4.382.936,18 (quatro milhões, trezentos e oitenta e dois mil, novecentos e trinta e seis reais e dezoito centavos) por meio de repasses financeiros provenientes das dotações consignadas no orçamento da SECULT, por intermédio do Ministério do Turismo, podendo ser remanejado de acordo com a demanda desta Municipalidade.

2. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

2.1. Os critérios de classificação para a Chamada Pública são:

CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO PARA CLASSIFICAÇÃO							
Item	Crítérios	Pontos	1	2	3	4	5
1	DESPESA MENSAL COM LOCAÇÃO OU FINANCIAMENTO DO ESPAÇO	5	Até 500,00	501,00 a 1.000,00	1.001,00 a 1.500,00	1.501,00 a 2.000,00	Acima de 2.000,00
2	DESPESA DO ESPAÇO COM ENERGIA NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020	5	Até 2.000,00	2.001,00 a 3.000,00	3.001,00 a 4.000,00	4.001,00 a 5.000,00.	Acima de 5.000,00
3	DESPESA DO ESPAÇO COM ÁGUA NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020	5	Até 500,00	501,00 a 1.000,00	1.001,00 a 1.500,00	1.501,00 a 2.000,00	Acima de 2.000,00
4	DESPESA DO ESPAÇO COM IPTU 2020	5	Até 500,00	501,00 a 1.000,00	1.001,00 a 1.500,00	1.501,00 a 2.000,00	Acima de 2.000,00
5	FUNCIONÁRIOS CONTRATADOS PELO ESPAÇO CULTURAL:	5	00 funcionário Contratado	01 funcionário Contratado	02 funcionários Contratado	03 funcionários Contratado	04 funcionários ou + Contratado
6	OUTRAS DESPESAS CORRELATAS A MANUTENÇÃO DO BEM DA ATIVIDADE CULTURAL	5	Até 500,00	501,00 a 1.000,00	1.001,00 a 1.500,00	1.501,00 a 2.000,00	Acima de 2.000,00

2.2. Entendem-se como gastos relativos à manutenção da atividade cultural, custos devidamente comprovados tais como:

- a. Internet, transporte, aluguel, telefone, consumo de água e luz;
- b. outras despesas relativas à manutenção da atividade, diretamente ligadas às ações realizadas, ou seja, todo custo existente para a concretização da atividade cultural, tais como: profissionais, recursos humanos, serviços de manutenção, limpeza, segurança e outras para o devido funcionamento do local e a continuidade de suas



atividades impactadas, entendendo-se por OUTRAS DESPESAS CORRELATAS A MANUTENÇÃO DO BEM DA ATIVIDADE CULTURAL.

QUALIFICAÇÃO DA PONTUAÇÃO DO SUBSÍDIO		
Pontuação Total	Pontos	Valor do subsídio
30	00 a 10 pontos	R\$ 3.000,00 (valor total de R\$ 9.000,00)
	11 a 20 pontos	R\$ 6.000,00 (valor total de R\$ 18.000,00)
	21 a 30 pontos	R\$ 10.000,00 (valor total de R\$ 30.000,00)

2.3. O Benefício será pago em parcela única

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DA PREFEITURA DE GOIÂNIA, aos 29 dias do mês de outubro de 2020.

Kleber Adorno
Secretário Municipal de Cultura



17. ANEXO II

DECLARAÇÃO

(Conforme Modelo do Anexo II do Decreto Nº 10.464, DE 17 DE AGOSTO DE 2020)

DADOS DO REQUERENTE

Nome completo: _____
Apelido ou nome artístico: _____
Data de nascimento: _____
Local de nascimento: _____
Endereço residencial: _____
Município: _____
Unidade da Federação: _____
CPF: _____ RG: _____ Data/Local de expedição: _____

- Declaro, para os devidos fins, que atuei social ou profissionalmente nas áreas artística e cultural nos vinte e quatro meses anteriores a data de publicação da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, conforme lista de atividades apresentada a seguir:

FORMULÁRIO DE ATIVIDADES REALIZADAS

Junho/2018	
Julho/2018	
Agosto/2018	
Setembro/2018	
Outubro/2018	
Novembro/2018	



Dezembro/2018	
Janeiro/2019	
Fevereiro/2019	
Março/2019	
Abril/2019	
Mai/2019	
Junho/2019	
Julho/2019	
Agosto/2019	
Setembro/2019	
Outubro/2019	



Novembro/2019	
Dezembro/2019	
Janeiro/2020	
Fevereiro/2020	
Março/2020	
Abril/2020	
Maio/2020	

- Observação: caso não tenha desenvolvido atividades em um ou mais meses relacionados no formulário acima, preencha o campo com um traço (---) e com a expressão “Atividades interrompidas” a partir do momento em que tenham ocorrido as interrupções.
- Declaro, sob as penas previstas na legislação, que as informações prestadas nesta declaração são verdadeiras, e que estou ciente das penalidades previstas no art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal*.

Local e data: _____, _____, _____.

ASSINATURA DO REQUERENTE
(Igual à do documento de identificação)



18. ANEXO III

MODELO TERMO DE COMPROMISSO DE CONTRAPARTIDA

Pelo presente, _____ (nome do selecionado) portador (a) da cédula de identidade RG nº. _____, expedida pelo (a) _____ inscrito (a) no CPF sob o nº. _____ Representante legal da _____ Pessoa Jurídica _____ (quando for o caso) nº _____, CNPJ _____ localizada no endereço _____ CEP: _____, sujeitando-se às

disposições contidas na LEI Nº 14.017, de 29 de junho de 2020 e no DECRETO Nº 10.464, de 17 de agosto de 2020 da União, em relação ao cumprimento da CONTRAPARTIDA, cumprindo as determinações do Art. 6º e incisos: § 3º O subsídio mensal previsto no inciso II do caput do art. 2º somente será concedido para a gestão responsável pelo espaço cultural, vedado o recebimento cumulativo, mesmo que o beneficiário esteja inscrito em mais de um cadastro ou seja responsável por mais de um espaço cultural; § 4º Após a retomada de suas atividades, as entidades de que trata o inciso II do caput do art. 2º ficam obrigadas a garantir como contrapartida a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos de escolas públicas ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita, em intervalos regulares, em cooperação e planejamento definido com o ente federativo responsável pela gestão pública cultural do local; § 5º Para fins de atendimento ao disposto no art. 9º da Lei nº 14.017, de 2020, os beneficiários do subsídio mensal previsto no inciso II do caput do art. 2º apresentarão ao responsável pela distribuição, juntamente à solicitação do benefício, proposta de atividade de contrapartida em bens ou serviços economicamente mensuráveis;

1. Executar fielmente a CONTRAPARTIDA aprovada de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente;
2. Comunicar formalmente à Secretaria Municipal de Cultura com antecedência de no máximo 10 (dez) dias o início da execução da Contrapartida e qualquer fato que implique a descontinuidade do evento, apresentando a devida justificativa;
3. Assumir todas as obrigações legais decorrentes de contratações necessárias à consecução da CONTRAPARTIDA;
4. Não transferir a terceiros as obrigações assumidas em decorrência do atendimento aos termos do Edital de chamada pública nº 002/2020;
5. Apresentar, nos prazos que lhe forem assinalados, informações ou documentos referentes ao desenvolvimento e à conclusão das atividades aprovadas para participação no evento cultural;
6. Atender com presteza às solicitações da Secretaria Municipal de Cultura;
7. Ter ciência e concordância de que a Secretaria Municipal de Cultura tem o direito de, a qualquer momento, solicitar informações ou documentos adicionais necessários à análise e instrução do processo, cabendo ao beneficiado prestá-la nos prazos que forem estabelecidos;
8. Prestar sua concordância integral e incondicional com a concessão que ora lhe é feita, comprometendo-se, ainda, a cumprir fielmente as estipulações do Edital de Chamada Pública nº 002/2020;
9. Ter plenos conhecimentos da legislação que dá suporte/amparo legal ao Edital de Chamada Pública nº 002/2020.

Local e data: _____, _____, _____

ASSINATURA DO REQUERENTE
(Igual à do documento de identificação)



19. ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA GRUPOS ARTÍSTICOS ITINERANTES

(Somente para Grupos Artísticos Itinerantes)

DADOS DO REQUERENTE

Nome completo: _____
Apelido ou nome artístico: _____
Data de nascimento: _____
Local de nascimento: _____
Endereço residencial: _____
Município: _____
Unidade da Federação: _____
CPF: _____ RG: _____ Data/Local de expedição: _____

- Declaro, a me comprometer, inscrevendo-me somente no município o qual estou domiciliado para o recebimento do benefício da Lei Federal de Emergência Cultural Aldir Blanc nº 14.017/2020.
- Declaro, sob as penas previstas na legislação, que as informações prestadas nesta declaração são verdadeiras, e que estou ciente das penalidades previstas no art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal*.

Local e data: _____, _____, _____.

ASSINATURA DO REQUERENTE
(Igual à do documento de identificação)